



GESTÃO DEMOCRÁTICA: A RUPTURA DE UMA PRÁXIS EXCLUDENTE

Simone de Paula Rocha Souza¹

RESUMO

Nesta pesquisa teórico-prática, buscou-se investigar os entraves que permeavam a não efetivação do processo democrático na comunidade escolar Escola Estadual São José situada município de Pontes e Lacerda, MT. Um de nossos questionamentos eram os motivos que levavam a *não participação* das famílias no processo escolar. Assim, a indagação que permeou a pesquisa era como reverter este processo e conseguir efetivar uma gestão democrática no chão da escola e ainda, um processo que realmente contemple toda a comunidade escolar? A discussão que este projeto de intervenção oportunizou direcionou as intervenções fundamentais a este processo, um trabalho que envolva toda a dimensão das relações família/escola.

PALAVRAS-CHAVE: Escola. Família. Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um Projeto-Vivencial, cuja trajetória foi teórico-prático, ou seja, nas práxis educativas, quando se procurou envolver/articular todos os segmentos da Escola, da qual faço parte como Coordenadora Pedagógica há dois anos. Desde o tema-problema que foi escolhido coletivamente em seminário com todos os segmentos presentes, e a opção escolhida foi o envolvimento da comunidade escolar na perspectiva de uma gestão democrática. Aproveitou-se o momento de discussão para construção do PPP da escola e a necessidade de refletir a prática para então propiciar momentos de leitura-escrita, encontros entre os segmentos da escola, debates e reflexões, em suma o resgate da pesquisa na escola, com um só objetivo: buscar a qualidade de educação, a escola que queremos. Assim, passamos a buscar juntos mecanismos de intervenção para que este processo de gestão democrática em toda amplitude de seu conceito, se efetive.

¹Mestranda em Educação PPGEdU/UFMT/CUR. Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.



Foi possível nessa caminhada oportunizar na escola vários Seminários/Encontros de formação continuada. Com o objetivo de sensibilizar e, claro, provocar a pesquisa-ação, sobretudo entre os colegas profissionais de educação, na busca de resoluções de problemas da escola. Principalmente, voltar a rever o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola a partir da Gestão Democrática. Desta maneira, as leituras e discussões com a comunidade escolar para atender desta forma a Escola (a Gestão Escolar com seus segmentos) sentiu-se mais segura e competente para rever seu PPP e todo processo emanado a partir deste projeto, durante a caminhada planejada pelo Projeto-Interventivo. Assim, foi possível contemplar instrumentos para viabilização de uma gestão que caminha com todos os seus segmentos em busca de uma escola de qualidade para todos.

Para tanto, foi preciso realizar vários momentos de estudos/reflexões e debates na escola, encontros de Formação Continuada com os profissionais da educação. Procuramos claro, trazer os pais, envolver as famílias e o corpo discente. A partir dos quais procuramos fazer uma análise crítica do PPP atual, partindo deste, revisando-o literalmente à luz de toda fundamentação teórica. Foi durante essa vivência que, emergiu a problemática que impede a efetivação da Gestão Democrática na escola: a ausência dos pais, da família na escola. As famílias de nossa comunidade escolar não participam das atividades da escola.

Consequentemente recortou-se este Tema-problema que, unanimemente evidencio o fator mais preocupante na escola: “A falta de participação das famílias nas decisões escolares”. Constatou-se com mais precisão em livros atas de reuniões dessa ausência dos pais/famílias em assuntos ligados às reuniões de pais e do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, momentos onde esta participação era de grande relevância, pois permitia a reflexão de uma comunidade a respeito de assuntos que compreendiam a vida escolar dos alunos de nossa escola. Questionou-se nas reuniões junto a todos: O que fazer? Como resolver essa situação? Como pensar em implementar um PPP a partir de uma Gestão Democrática, sem contar com a participação efetiva de uma das partes, parte esta imprescindível, a família, para se efetivar uma proposta a partir desta perspectiva.

Com essa investigação e reflexão, deliberou-se em assembleia que essa problemática seria a razão desta Pesquisa-Ação na escola: “A efetivação de uma gestão democrática: como envolver os pais nas decisões da escola”? Admitiu-se, então, que a escola está distante da família e, que, de repente, o contrário também pode estar acontecendo. Entre as mesmas, há que se considerar, muitas vezes, há uma transferência de responsabilidades. As possibilidades



para mudar esse panorama é favorecer a participação efetiva da família junto à comunidade escolar, para que esta possa também fazer parte das atividades realizadas na escola, bem como nas tomadas de decisões a que esta venha tomar. Porque é assim que se entende que é possível a Gestão Democrática.

A busca pelo direito à Educação: uma abordagem histórica

A partir das leituras realizadas e da experiência profissional como educadora e gestora pode-se dizer que o conhecimento acerca dos direitos da educação é amplo, no entanto ao aprofundarmos as leituras em relação ao tema, ou até mesmo a releitura “desses direitos” começamos a analisar que efetivamente enquanto cidadãos, não usufruímos desses direitos.

Somos sabedores que é a partir da educação que vamos mudar os rumos de nossa história, se nós educadores não lutarmos por uma educação de qualidade jamais asseguraremos este direito em nossas escolas, é preciso abraçar a educação começando de nossa realidade, Paro (2006) nos ajuda a entender quando afirma que:

[...] por sua característica de relação humana, a educação só pode dar-se mediante o processo pedagógico, necessariamente dialógico, não dominador, que garanta a condição de sujeito tanto do educador quanto do educando. (p. 108).

Nesse processo histórico podemos constatar os avanços no percurso alcançados pela educação. Haja vista, que na sociedade antiga as crianças assistiam as execuções de pessoas juntamente com os adultos, uma vez que a infância não era reconhecida. Ambos partilhavam das mesmas coisas: festas ou excussões, trabalho ou diversão, inclusive presenciava-se a nascimentos e falecimentos. No entanto, mesmo participando desses processos a criança não tinha direito à palavra, não lhe era oferecido oportunidade de interferir ou opinar em decisões, portanto sua participação era relativa ao que convinha aos adultos. Porém, apesar de não opinar, esta tinha acesso às questões culturais comuns, tais como: na narração de história, nos contos e jogos.

A tímida participação da criança junto às narrativas orais lhe proporcionou a possibilidade de inserção na sociedade, todavia como adulto, pois nesta época não havia espaço para a infância. É somente no século XVII que se tem uma tênue mudança, percebendo a família nuclear como uma base sustentável, o estado moderno, em processo de



abolição do poder feudal. Esta era a oportunidade de expandir a ideologia da família, estimulando a instituição do casamento como também o afeto até então precário, entre pais e filhos. Neste período a organização é patriarcal, tendo grande apoio e estímulo dos protestantes, que viam a criança como um bichinho indomável, e somente a religião poderia domesticar lhe.

A sociedade precisava reconhecer a criança como sujeito, e como tal possuidora de direitos e deveres que precisavam ser respeitados. Os estudos do historiador Philippe Áries (1978, p. 120) demonstram que [...] “na idade média, e por muito tempo ainda, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas”. Portanto, a infância era demasiadamente curta, pois a partir dos sete ou nove anos a criança já era considerada capaz de fazer qualquer tipo de serviço.

O que iniciou-se no século XVII aprimorou-se no século XVIII, a família tem em seu seio um ambiente de parceria, gozando a mulher e as crianças de uma liberdade mais expansiva, prevalecendo o afeto e o liberalismo. O poder paterno, agora, um pouco mais ameno, propiciava a ascensão da infância. Podemos ver essas mudanças com diferentes enfoques, na família burguesa. Segundo, Zilbermam; Magalhães (1982):

[...] para diminuir a importância concedida às amas- de -leite, responsáveis pela manutenção alimentar e educação dos infantes nos primeiros anos e causa do grande número de mortes precoces. (p. 149).

Desse modo, houve uma modificação, distinguindo-se setor privado e vida pública mundo dos negócios e familiar. Em consequência destas mudanças, a ascensão da mulher, aparecendo como protagonista de estrutura familiar, sendo essa responsável pela amamentação e educação dos filhos. Já no proletariado as mudanças caminharam mais lentamente, pois o hábito era o abandono das crianças às instituições de caridade. O relacionamento íntimo entre homem e mulher não era oficializado com o casamento, não tendo para estes grandes relevâncias. Cabia estimular assim, o matrimônio e conseqüentemente a criação dessas crianças. E foi também, na classe proletária, a mulher o fio condutor para a concretização desta nova visão familiar.

Mas, apesar das mudanças significativas não se obteve um grande êxito em torno do principal objetivo: a criança. Pois estas continuavam a serem abandonadas ou então obrigadas a trabalhar e tratadas violentamente. Como o novo estereótipo familiar moderno, ganhou mais



adeptos somente na classe burguesa e esta desencadeou a valorização dos filhos e a diferenciação entre adulto e criança, gerou também uma fenda, já que na camada proletária o modelo familiar não teve a mesma abrangência. Assim a criança burguesa isolou-se não só do mundo adulto, mas também do mundo exterior.

Em meio a este quadro é que surge a escola, elo fundamental entre a criança burguesa e o mundo, com o objetivo de consolidar no século XVIII a ascensão da burguesia europeia ao poder. Assim com mudanças expressivas nos conceitos, a família passou de nuclear a unicelular. Descobriu-se então que saber ler e escrever era o caminho para ter um lugar na sociedade, Gentili (2002) aponta os dados da população letrada sendo:

[...] apenas 10% da população europeia, até o início do século XVIII, era letrada! Educação, então, passou a ser sinônimo de civilização e de saída da barbárie. Instrumento inicial da realização do princípio que diz que todos são iguais. A própria ascensão da burguesia e as relações capitalistas de produção exigiam isso (p. 48).

Não foi diferente a preocupação com a educação nos séculos posteriores, a reprodução de mão-de-obra que viesse servir aos interesses do Estado, uma escola que não visava preparar para “vida” e sim para o “mercado de trabalho”. Como lembra Demo (2005, p. 22) “os excluídos, que são hoje multidão cada vez mais majoritária, precisam saber conquistar seus direitos, através da capacidade da consciência crítica, organização política e projetos alternativos. Precisam saber pensar”.

Assim, nos dias modernos ao pensar a educação, perpassaremos seu papel de mera reprodutora de conhecimento, para formadora de cidadãos conscientes de suas atitudes, capazes de serem agentes transformadores junto à sociedade, percebe-se a importância de repensar constantemente nossas ações enquanto participantes desse processo. Como salienta Gadotti (2006), entendendo que a formação do cidadão:

[...] não é espontânea, isto é, a formação da consciência do indivíduo não é inata, exige esforço e atuação de elementos externos e internos ao indivíduo: a educação é um processo contraditório de elementos subjetivos e objetivos, de forças externas e internas. Se a educação fosse um processo espontâneo “natural” e não- cultural, não haveria necessidade de se organizar um processo, de sistematizá-lo (p.66).



Desse modo, é essencial que analisemos a escola enquanto instituição capaz de avaliar não só o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos, como também os indicadores que estão contribuindo, ou não, para o sucesso desses alunos. Quando falamos em metas é preciso planejar para além de indicadores externos, visto como controlador das práticas que regem a educação é partir para discussões mais abrangentes, como construir um planejamento participativo, instrumento que irá balizar o projeto de gestão democrática.

Definindo metas com a proposta não só de redefinir as práticas pedagógicas, mas avaliar e acompanhar o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos, o envolvimento da família na escola, culminado em ações que gerem novas possibilidades para atingir a qualidade no ensino. Refletindo assim, conforme destaca Silva, (2006) que a escola seja o:

[...] lugar social no qual a expectativa de mudança é o traço mais marcante. Sua própria estruturação manda uma mensagem subliminar: a vida é um progredir constante. Do não-saber ao saber, do não-realizado ao realizado, do inculto ao culto há sempre um caminho a ser feito. A própria situação da educativa constitui-se uma tríade de elementos que vão caracterizar a educação como uma contínua mudança: um ponto de partida, um ponto de chegada e um caminho (p.52).

Nesta perspectiva, o papel da escola excede a meros fatores de mecanismos de controle do *fazer* pedagógico, ela permite pensar o processo de gestão da escola como ampliação do controle social, avaliando o conjunto dos elementos e ações que o constituem. Para ampliar, esse conceito de gestão Silva (2006) lembra que é necessário promover equidade para:

[...] dar oportunidade a todos de alcançar e manter um nível aceitável de aprendizagem. Isso significa, igualmente, melhorar a qualidade da educação oferecida hoje e eliminar todos os estereótipos e preconceitos de cor, raça, gênero, usos e costumes. Por isso, o conceito de autonomia é indispensável como complemento da equidade (p. 65).

A partir destes conceitos que a escola pode pensar em organizar suas ações, um processo coletivo que tem como parâmetro um ensino de qualidade contemplando as especificidades de sua realidade. Uma escola que prima por valores como, igualdade,



democracia, justiça e liberdade, palavras que devem compor o cenário da escola, no entanto, sabemos que precisamos caminhar neste sentido, entendendo a abrangência que estas palavras compreendem. Almejamos que nossa escola instigue nossos alunos a lutar por uma sociedade mais justa e humana capaz de oportunizar a todos os mesmos direitos. Estes elementos são essenciais para nortear o projeto de gestão participativa. Sendo assim, a participação plena de todos os envolvidos neste processo é o pré-requisito que constituirá as dimensões compreendidas pela gestão democrática.

A educação como direito de todos: a viabilização deste processo na escola

As reflexões sobre nossas ações, projetos que norteiam o caminhar da escola emergem do Projeto Político Pedagógico, têm lançado muitos desafios aos docentes que realmente estão preocupados em mudar a realidade da educação em nosso país. Sabemos o quanto é importante o trabalho coletivo e a diferença que este faz, é imprescindível alcançar toda comunidade escolar e envolvê-la neste objetivo, para planejar e executar as ações no coletivo. Dessa forma quando questionamos os motivos que levam o fracasso escolar, muitas vezes deixamos de analisar com cautela a realidade da escola e os desafios que se interpõem ao processo. É emergente a necessidade de construirmos alternativas pedagógicas que promovam uma aprendizagem significativa e eficaz. Como ressalta Gadotti (2004) se não ficarmos incomodados com a atual conjuntura da educação então teríamos que:

[...] renunciar ao sonho da construção de uma sociedade justa e humana. Estamos convencidos, acima de tudo, que a educação, mais do que passar por uma melhoria da qualidade do ensino que está aí, ela precisa de uma transformação radical, exigência premente e concreta de uma mudança estrutural (p.41).

A escola por sua vez não pode servir como aparelho ideológico do Estado à mercê do mercado, onde só reproduzirá a desigualdade social. Entendendo a nossa caminhada educativa e tendo presente a nossa realidade social e política, que podemos desconstruir o pensamento classificatório reproduzido por décadas, contemplando assim, em nossas metas um processo de aprendizagem que respeite os ciclos de formação humana. Todavia ao pensarmos em direito à educação não poderíamos deixar de ampliarmos nossa reflexão em relação às contribuições da escola, nem tão pouco silenciarmos a indagação sobre o *papel social desta*.



Assim, compete a nós *escola*, corroboro com Zákia (2003) quando sinaliza que:

[...] focalizar as ações básicas que compõem o mundo das práticas educativas como forma de entender *o que acontece*. Nesse enfoque, a relação teoria-prática é tratada como envolvendo *efetuar* ações (dimensão prática), *querer* fazê-las (dimensão dinâmica) e *pensar* sobre elas (dimensão cognitiva), como envolvendo interações entre *saber fazer* e *saber sobre o fazer*.

Para entender o que acontece é necessário, ousarmos e viabilizarmos instrumentos de reestruturação escolar, pontuando uma educação igualitária questionando nosso papel e saindo de uma relação de dominação para caminhar em busca de uma relação democrática, justa e autônoma. Atualmente quando pensamos em educação, temos a impressão de estar sentindo novos ventos soprando em direção ao que se concebe como *gestão democrática*, pois se relembrarmos o processo de gestão de algumas décadas atrás podemos ver as marcas de uma educação repleta de desigualdades sociais e pautada no autoritarismo, um mundo de excluídos socialmente e sem a perspectiva de uma educação que assegurasse o direito a *educação* abarcando não só o acesso, mas a permanência da criança na escola.

Uma educação que compreendia a aprendizagem como reprodução “sintática” não pode ser admitida nos dias atuais. Sabemos que essa *aprendizagem* não compreende a essência do ser humano, como Demo (2005) discute:

[...] A aprendizagem autêntica significa envolvimento reconstrutivismo, em primeiro lugar. O ser humano somente aprende na condição de sujeito, fazendo sua própria história. Tal perspectiva não valoriza de modo algum o autoritarismo ou o sopismo pedagógico, porque ninguém aprende sozinho, é sempre atividade social e cultural (p. 32).

Portanto, não se pode mais pensar em uma escola pautada no autoritarismo, mas sim em um espaço onde seja possível a liberdade de escolhas e da construção coletiva de alternativas que atendam a realidade da comunidade escolar. É claro que significativas mudanças aconteceram ao longo dos anos, mas se pensarmos na escola como espaço de construção coletiva e autônoma não poderíamos descrevê-la como painel dos dias atuais. Ao aceitarmos planejar nossas ações como base nos parâmetros de exames nacionais, ou melhor, de avaliações de controle do Estado estamos deixando de contemplar as especificidades de



nossa comunidade escolar, não podemos então, afirmar que o projeto de nossa escola esta alicerçado em uma perspectiva autônoma e democrática.

Os Conselhos que compõem a comunidade escolar (CDCE), Conselho de Educação, PDDE, permitem as escolas caminhar dentro de uma perspectiva mais autônoma, no que se refere à organização de escolhas da comunidade escolar.

Hoje a escola pode definir projetos que atendam as especificidades de sua comunidade, entendida como gestão democrática o processo de tomada de decisões não se restringe somente a direção da escola ou a Secretária de Estado de Educação, mas sim a todos os envolvidos no processo, pais, alunos professores e administrativo. Entretanto, ao analisarmos sob uma ótica sociológica, percebemos que ainda não alcançamos *autonomia* nas políticas educacionais. O caminhar para estas conquistas é longo, é preciso encontrar, “políticas de transformação”, mas para isso precisamos efetivar um trabalho coletivo capaz de considerar as especificidades que constituem a comunidade escolar.

Em nossa escola, grandes avanços já foram alcançados na luta pela efetivação da gestão democrática, a atuação do CDCE é ativa tendo a participação de todos os segmentos. As decisões e o planejamento para cada ano letivo são feitos no coletivo, entretanto, a participação dos pais ao longo do processo ainda não se efetivou. As avaliações do processo de ensino-aprendizagem, bem como, as intervenções são pensadas e projetadas no PPP da escola, desde que siga as determinações das leis estabelecidas na LDB 9394/96 e Conselho Estadual de Educação. Todavia, ao se falar em políticas educacionais ainda vislumbramos um panorama que tem como referencial dados quantitativos.

Conforme nossa vivência escolar, percebemos que as políticas educacionais precisam ser pensadas sob outro viés, em uma dimensão bem mais abrangente, capaz de promover neste espaço chamado *escola* a formação do cidadão, desnudada de ideologias castradoras. Tendo presente essa dimensão, para falarmos em gestão democrática, é necessário discutir o princípio da palavra *democracia*. Não podemos falar em *democracia* sem pensar nas palavras que expressam seu significado, igualdade, liberdade, ética, cidadania. Desde que se firmou o princípio da cidadania, os direitos e deveres nascem dos valores e das significações de um coletivo, definindo juntos os objetivos sociais que norteiam todo o processo histórico e social de uma sociedade.

Partindo dessa concepção de democracia é possível pensarmos e entendermos como Gestão Democrática, toda administração que tem como base os pilares da descentalização,



participação e transparência. Envolvendo todos na tomada de decisões e definindo juntos o caminho da instituição. Para efetivação desse processo alguns componentes são necessários, a formação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e a elaboração do PPP são essenciais neste processo. Segundo Silva (2006) apud Barros, há dois tipos de liberdade e há uma separação entre elas:

[...] a liberdade como independência (agir sem ser impedido por outrem) e a liberdade como participação (isto é, a de decidir sobre destinos coletivos), acaba por colocar em perigo ou destruir a ambas. Se não tomamos parte nas decisões políticas que nos dizem respeito como cidadãos, corremos o risco de ser roubada a independência de nossas ações. Se, por outro lado, perdemos a noção, de nossa independência pessoal, o gosto dela, e só nos sentimos confortáveis “participando”, agindo coletivamente, incapazes de momentos solitários, em que se estimula a meditação, corremos o risco de ser roubada não já a independência do agir, mas do próprio ser pessoal, que tende a se subordinar ao todo abrangente, como nas organizações ou regimes totalitários (p. 89).

É possível perceber que a liberdade implica em fatores que estabelecem um parâmetro no entendimento do que é autonomia escolar, remete-nos a uma reflexão quanto ao uso do termo *relativo*, pois compreendemos que princípios como igualdade, obrigatoriedade e liberdade compreendem a autonomia da escola. Mas, esbarramos em leis maiores que regem as políticas públicas, então o termo *relativo* se aplica, pois podemos pensar a partir desses pressupostos que norteiam as políticas de ensino. E com base nas análises da Constituição Federal de 1988, LDB 9394/96 e PNE (1998) sobre os princípios que norteiam a Gestão Democrática podemos perceber similitude, pois tanto na LDB 9.394/96, quanto no PNE as *normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, estabelecem a participação das comunidades escolares ou equivalentes*.

A LDB não estabelece a criação de conselhos escolares, já o PNE contempla estimulando a criação destes. Os conselhos são a voz e o voto de todos os envolvidos sob diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão do projeto político-pedagógico. No entanto, em nossa comunidade escolar não conseguimos ainda envolver de modo realmente participativo todos os segmentos que compreendem a formação do CDCE, Gadotti (2004) enfatiza que:



[...] a dificuldade tem residido, ou as restrições à participação dos atores que compõem a representação dos diversos segmentos da comunidade, especialmente dos pais, limitando-a ao caráter consultivo; ou na própria resistência desses atores à participação, por terem sido marcados, tradicional e negativamente, por convites das direções das escolas destinados apenas a chamadas de atenção sobre o mau comportamento ou desempenho do filho, às solicitações de contribuições e, mesmo quando voltados para deliberações importantes, não terem tido consequências práticas visíveis (p. 135).

Para o exercício da democracia é imprescindível que a sociedade faça parte de todas as decisões que compreendem o cotidiano escolar, pois a educação é responsabilidade e compromisso de todos. Tendo como parâmetro o entendimento do que é autonomia escolar, remete-nos a uma reflexão quanto ao uso do termo *relativo*, pois compreendemos que princípios como igualdade, obrigatoriedade e liberdade compreendem a autonomia da escola. Em se tratando da autonomia financeira, podemos dizer que a escola tem como gerir o que é prioridade para cada uma delas, no entanto não se pode sair do que é previsto para bens de consumo e de capital, dentro também de uma porcentagem pré-estabelecida.

Sabemos que os estes dois campos estão interligados, pois para conseguirmos avanços no campo pedagógico é necessário investirmos financeiramente, se não for possível dispor de uma organização interna nestas duas dimensões, com certeza não será possível alcançar o sucesso almejado para uma educação de qualidade. Ao pensarmos em uma escola com autonomia pedagógica e financeira é ir além, é visualizar uma instituição com o compromisso de construir sua história, envolvendo todos os agentes participantes deste processo. Percebendo a escola como um espaço cerceado pela autonomia é fundamental discutir, para Silva (2006):

[...] das interferências dos organismos externos a esta, suas reais intenções e metas, tem relação com a vida da escola, já que estes não vivenciam sua realidade. Somente com o envolvimento de todos é possível conquistar a autonomia construída, tendo em vista que contempla o pensar e o fazer coletivo (p.69).

Em nosso planejamento em longo prazo, está a expectativa de conquistar “o pensar e o fazer coletivo” em sua totalidade, pois passamos pela experiência este ano de um planejamento de nossas ações e construção do PDDE com uma participação de 90% dos



profissionais pertencentes ao quadro efetivo da escola. Um dos grandes problemas para que este processo se realize, é a rotatividade dos profissionais contratados que não conseguem se envolver justamente por não estarem na escola todos os anos.

CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa junto à comunidade da Escola São José buscou-se entender o processo de gestão democrática compreendida pela referida *comunidade*. Discutimos neste artigo alguns conceitos relacionados à democracia, liberdade e autonomia. Percebemos ao longo do trabalho que vários entraves dificultam a articulação entre família e escola. Os condicionantes que permeiam este processo democrático estão imbricados na herança histórico-sociocultural de nossa comunidade escolar. A escola dispõe de mecanismos que *viabilizariam* um processo democrático. O Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar é composto por todos os segmentos, no entanto, sua atuação é muito tímida, sabemos que seria necessário cada segmento reunir-se com seus pares e discutir as propostas de intervenção para que possa ser apresentada a diretoria do CDCE, mas esta etapa não se consolida.

Este é um processo que ainda demandará uma construção procedimental e atitudinal de democracia, uma atuação a fim de propiciar à interação da família as propostas pedagógicas necessárias ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Sabe-se o quanto esta parceria *família/escola* é importante, entendemos enquanto escola que precisamos de um trabalho sistemático para alcançar este objetivo, ações que tenham este elo, como foco principal. As reuniões e atividades realizadas este ano a partir deste projeto de intervenção ascenderam a esperança de que este é um caminho possível a ser alcançado. Foi com base nas discussões que foram oportunizadas, que se percebeu a real dimensão das relações família/escola. Para tornarmos possível no espaço escolar a construção de um trabalho *coletivo* próximo de nossa realidade, não é mister preocupar-se com as atuais políticas de ensino. Assim, poderemos assumir perspectivas críticas, capazes de valorizar as diferenças e a justiça social tendo como principal preocupação à formação social do indivíduo. Somente se transformarmos a prática a partir das contribuições que a teoria nos propicia é possível romper com a desconexão que permeia o universo educacional.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

DEMO, Pedro. **A Educação do Futuro e o Futuro da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15 ed. –São Paulo: Cortez, 2006.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GENTILI, Pablo. ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

SILVA, Jair Militão. **A autonomia da escola pública**. 9 ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

ZILBERMAN, Regina. MAGALHÃES, Lígia Cadermatori. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1982.